Introdução ao Estudo do Direito II

1.º Ano – Turma da Noite

30 de junho de 2025

Época Normal (Coincidências)

I

- a) Está em causa um prazo *ad hoc* maior do que o supletivo, previsto no artigo 2.º/2 da Lei n.º 74/98. Uma vez que o enunciado refere 15 dias, o prazo em causa deve ser convertido num prazo de duas semanas [cfr. artigo 279.º, *alínea* d), do Código Civil (“CC”)]. Por sua vez, este prazo conta-se nos termos da *alínea* c) do artigo 279.º, terminando às 23h 59 minutos do dia 9 de junho de 2025. A lei entra em vigor, portanto, às 00h do dia 10 de junho de 2025. Problematização sobre a entrada em vigor da lei num dia feriado, atendendo à *alínea* e) do artigo 279.º do CC. (2 valores)
- b) Nos termos do artigo 12.º, n.º 2, 1.ª parte do CC, a validade formal do contrato de doação afere-se pela lei vigente à data da sua celebração, o que implica a sobrevivência da lei antiga (“LA”). Por essa razão, e à luz da LA, o contrato seria, em princípio, inválido. Porém, a lei nova (“LN”) procede ao aligeiramento da formalidade— passando a exigir apenas documento particular —, situação em que alguma doutrina admite estar em causa uma lei confirmativa tácita. Se for esse o caso, a LN aplica-se e convalida o contrato inicialmente inválido. (4 valores)
- c) Referência à distinção entre factos constitutivos e factos pressupostos, explicando os dois conceitos. Recondição da candidatura a facto constitutivo e da condenação de Bento a facto pressuposto. Sendo o facto constitutivo a candidatura, é a lei em vigor no momento em que tal ocorre que regulará a matéria da indignidade sucessória. A condenação de Bento é um mero facto pressuposto porque não é constitutivo da situação jurídica. Em conclusão, Bento não poderá candidatar-se (3 valores).
- d) Referência ao facto de a entrada durante a noite no domicílio apenas estar prevista, mesmo com autorização judicial, para determinados crimes, nos quais não se enquadra a ofensa à integridade física simples. Recondição da atuação de Alberto ao direito de resistência, previsto no artigo 21.º da Constituição da República Portuguesa (“CRP”). Reflexão sobre o preenchimento dos respetivos requisitos e qualificação da modalidade de resistência em causa. (2 valores)

II

Responda às seguintes questões:

- a) Definição do conceito de retroatividade e distinção das suas diversas modalidades. Referência particular à retroatividade extrema enquanto grau de retroatividade em geral proibido no ordenamento jurídico português e seus fundamentos, nomeadamente o princípio da separação de poderes (cfr. artigo 111.º, n.º 2, da CRP). Explicar que existem exceções à proibição dessa retroatividade e concluir que o caso julgado não é um limite

absolutíssimo à mesma, (cfr. artigos 282.º, n.º 3, da CRP, e 2.º, n.º 4, 2.ª parte, do Código Penal). **(3 valores)**

- b) A insanabilidade como característica exclusiva da inexistência, por contraposição à nulidade, sanável em certos casos (*v.g.* cfr. artigos 292.º e 293.º do CC); referência à ausência de qualquer prazo para a arguição ou declaração de inexistência, ao contrário do que pode suceder na nulidade (*v.g.* o artigo 162.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo a *contrário*). **(2 valores)**
- c) Recondição do costume a uma forma de cessação de vigência da lei não proibida no ordenamento jurídico português. O desuso como *grandeza negativa* sem qualquer eficácia revogatória da lei, no qual existe apenas uma inobservância da lei objeto de tolerância pelas autoridades, esta passível de cessar a qualquer momento **(2 valores)**

Duração: 90 minutos – Grupo I – 11 valores; Grupo II – 7 valores; redação e sistematização: 2 valores.